



Anais da Assembléia

Nº 115

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 1º DE OUTUBRO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 114.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE OUTUBRO DE 1980.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Túlio Zanchet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Renato Bueno, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Airton Cordeiro, David Cheriegate, David Federmann, Egon Pudell, Francisco Escorsin, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Mário Celso, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Wilson Fortes e João Mansur (22). Em licença, o Senhor Deputado João Elísio (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem N.º 60/80.

Curitiba, 19 de setembro de 1980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência e submeter à elevada consideração dos Membros desse nobre Poder, o incluso anteprojeto de lei, que estabelece limites autorizado para contratação de empréstimos a) projeto especial, pela administração direta e indireta do Estado.

O entendimento que orienta esta solicitação é de que os recursos obtidos por intermédio da contratação de operações de crédito devem, necessariamente, ser relacionados à programação definida em termos setoriais, donde a vinculação dos montantes a contratar em cada exercício aos programas e projetos expressamente previstos nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado.

Nesta linha de pensamento, o Poder Executivo paranaense vem gestionando junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID —, suporte financeiro para a implementação do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PRORURAL, que se consubstancia em medidas concretas de elevado alcance social e econômico, previstas

no Plano de Governo e constantes dos documentos orçamentários, beneficiando as regiões mais carentes de nosso Estado.

O programa se propõe, praticamente, a eliminar certas limitações com as quais se defronta o pequeno produtor rural e que restringem sua potencialidade como agente produtivo. Tais limitações resultam da existência combinada de vários fatores de natureza sócio-econômica, principalmente os que dizem respeito à Posse e Uso da Terra, Promoção das Atividades Produtivas e Comercialização da Produção, sendo ainda, agravadas por deficiências de infra-estrutura econômica, social e de serviços básicos, além de outras atividades especiais.

A característica de integração dada ao projeto, permitirá às suas ações se desenvolverem harmonicamente nas áreas de Agricultura, Saúde, Educação, Saneamento, Transportes e Energia, minorando as deficiências básicas de 61 municípios, com um universo avaliado em mais de 1.000.000 de pessoas a serem diretamente beneficiadas, cuja renda adicionada "per capita" situa-se hoje abaixo de US\$ 300, valor esse correspondente a apenas trinta por cento da média geral do Estado.

O valor total do projeto está estimado em US\$ 218 milhões de dólares durante um período de quatro anos, valor esse já acrescido da provisão para inflação e juros, montante a ser suportado cerca de quarenta por cento com recursos do BID e sessenta por cento com recursos do Tesouro do Estado e dotações complementares.

A captação e o ingresso do montante total, dar-se-á de forma a assegurar recursos para investimentos durante a presente gestão, e, inclusive, durante os dois primeiros anos do novo período governamental, já que, de acordo com o cronograma do Projeto, os saques dos recursos e a sua aplicação, serão realizados ao longo de quatro anos, isto é, de 1981 a 1984.

Vale assinalar que os financiamentos junto ao BID são obtidos sempre em condições de juros, carência e prazo, marcadamente favoráveis em relação às vigentes no mercado para os empréstimos externos normais, em vista da natureza de Agência de Desenvolvimento que caracteriza aquele Banco. Em função de negociações com o BID, estima-se que seus recursos serão ofertados com prazos entre 20 e 30 anos; cinco anos de carência e uma taxa fixa de juros, parte em torno de 3,5% ao ano e parte em torno de 8,1/4% ao ano. Este ponto se reveste de real importância por si só e se torna fundamental quando o objetivo em pauta é uma atuação como a do PRO-RURAL, cujas ações se voltam ao fomento de áreas menos dinâmicas, demandantes de investimentos sociais.

Assim, Sr. Presidente, venho submeter ao nobre Poder Legislativo, Anteprojeto visando ao estabelecimento de limite autorizativo para contratação de operação de até US\$ 80 milhões de dólares junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com vista à implementação do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

Para instruir uma melhor análise, faço anexar a esta mensagem um estudo da dívida interna e externa do Paraná, onde se verifica a posição do Estado com relação à sua capacidade de endividamento.

Por oportuno, Sr. Presidente, anexo, também, uma cópia do programa relativo ao PRORURAL, no qual estão detalhados os seus objetivos e as suas ações, que, temos certeza, externam antiga aspiração de uma região pouco favorecida do Estado e que representa 1/3 da área total do nosso Paraná.

Espero, Sr. Presidente, ter demonstrado os altos propósitos que orientam o Governo na concretização de investimentos do maior alcance social e econômico.

Certo de merecer a elevada acolhida de Vossa Excelência e dos Excelentíssimos Senhores Deputados, renovo-lhe, nesta oportunidade, meus protestos de real estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, durante o período de 1.980 a 1.983, operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID —, até o valor equivalente a US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para atendimento ao Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural—PRORURAL.

Art. 2.º — O prazo de amortização, carência, juros e taxas adicionais e comissões referentes ao empréstimo ou financiamento a ser tomado, obedecerá às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e às exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 3.º — O Poder Executivo incluirá, em cada Orçamento Anual, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício correspondente, bem como para os juros e demais encargos da dívida contratada e a contratar.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 088/80, do Senhor BENEDITO SILVA GILIO, Presidente da Câmara Municipal de Sertãozinho, o qual nos enviou cópia do Ofício n.º 084/80, encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Chefe do 8.º Distrito Rodoviário de São Paulo, solicitando do mesmo, mudança na sistemática de transportes de coletivos daquela cidade.— Ciente. Arquivo-se.

Do Senhor ALTAIR JOSÉ CHAVES, o qual acusa o recebimento do Ofício n.º 1332/80/DA/DE/SC, datado de 07-07-80, aprovado por esta colenda Casa de Leis, e agradece ao Deputado JURANDIR MESSIAS, proponente do requerimento e aos demais Membros desta Assembléia, o voto de pesar pelo passamento de sua esposa.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos do dia de hoje, de um voto de louvor ao trabalho que vem sendo efetuado pelo CLUBE DE CICLISMO E DESPORTO DE ARAPONGAS, presidido pelo empresário João Poliseli de Sá que teve dois de seus jovens integrantes LAÉRCIO IPOJUCA DA SILVA e MARCOS MAZARON, quando defendiam a Seleção Brasileira de Ciclismo - Categoria Junior's, sagrados campeões panamericanos.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário seja encaminhado ofício ao Sr. João Poliseli de Sá, Presidente do Clube de Ciclismo e Desporto de Arapongas e aos ciclistas que se sagraram campeões panamericanos.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1.980.

(a) WALDYR PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Há tempos que o Clube de Ciclismo e Desporto de Ara-

pongass vem efetuando trabalho digno de registro em favor do esporte do Paraná.

O árduo trabalho do Clube teve seu coroamento maior quando dois de seus mais destacados integrantes, Laércio Ipojuca da Silva e Marcos Mazaron, sagraram-se Campeões Panamericanos da categoria Junior's, ao defenderem a Seleção Brasileira no referido campeonato, disputado em São Paulo.

Outro destaque digno de registro foi alcançado pela equipe do Clube de Ciclismo e Desporto de Arapongas composta por Laércio Ipojuca da Silva, Marcos Mazaron, João Robert Vicentim Poliseli e João Rubens Masson, que ficou em quarto lugar, na internacional "Prova 9 de Julho", entre sessenta equipes de oito países.

Os dois jovens ciclistas presentemente encontram-se em treinamentos para disputarem, defendendo o Brasil, a Cidade do México, o campeonato Mundial de Ciclismo.

Para o êxito desta empreitada necessário se tornara uma ajuda oficial da Secretaria de Esportes e Cultura ao Clube de Desporto e Ciclismo de Arapongas o que, infelizmente até hoje, não aconteceu, apesar de sempre solicitada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Secretário de Estado do Interior, Dr. Renato Antônio Johnsson e ao Presidente da TELEPAR — Telecomunicações do Paraná S/A, Gilberto Garbi, solicitando a instalação de um mono-canal telefônico na localidade de Vila Vitorassi, Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1.980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Dentro do programa governamental de expansão da telefonia no Estado do Paraná, através da instalação de telefônicas e mono-canais, solicitamos que esse benefício seja levado também à localidade de Vila Vitorassi, no Município de Foz do Iguaçu, pelas razões que passamos a expor.

Está em andamento no Município de Foz do Iguaçu a criação do Aéro-Clube, cuja instalação e sede será na cidade de Vila Vitorassi.

Com o funcionamento dessa entidade, justifica-se a necessidade de um aparelho telefônico, para comunicações com a sede municipal, que às vezes poderão inclusive caracterizar-se de urgência.

Por outro lado, com o represamento do lago de Itaipu, pelas condições topográficas, na localidade de Vila Vitorassi se apresentará o melhor local para atração de barcos, lanchas e até navios de pequeno calado.

Com esta situação, Vila Vitorassi passará a ser um dos mais importantes centros comerciais e de turismo do interior do Município de Foz do Iguaçu.

Dessa forma, além dos dois fatores citados, Aéro-Clube e cais portuário, embora a população da localidade hoje seja pequena, somamos as perspectivas de expansão e desenvolvimento da comunidade em tela, que inclusive será incentivada com a instalação do próprio aparelho telefônico.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Sr. Governador do Estado, para que determine uma nova delimitação geográfica entre os Municípios de Curitiba e São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1.980.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se faz necessário em razão dos inúmeros problemas surgidos com a dragagem do Rio Iguaçu, pois anteriormente, existia a delimitação geográfica e o marco divisionário se estendia na sua maioria, a montante e a jusante do referido rio.

No entanto, com as inundações, as terras foram soterradas, oportunidade em que as águas sofreram dragagem e conseqüentemente a retificação do mesmo, o que fez com que o antigo marco deixasse de existir.

Com essa alteração, a divisa entre os dois municípios, deixou de ser conhecida.

E um dos maiores problemas, é que muitos loteamentos foram igualmente alterados, provocando confusões com os proprietários, principalmente com relação a tributação de impostos, vindo a prejudicar os atuais moradores em futuras vendas de propriedades.

O Parque Aquático e Vila Olímpica de Curitiba - PAVOC, segundo as delimitações, não mais pertence a Curitiba, mas sim, a São José dos Pinhais.

Com a determinação do Senhor Governador, será restabelecido um novo dimensionamento hidrográfico para restabelecer os direitos e obrigações dos moradores que estão completamente desorientados com os registros de imóveis.

Nada mais justo que, na atual conjuntura e prevalecendo o espírito divisionário hidrográfico, se retifique tal delimitação, para que, inclusive, possam os governos dos municípios envolvidos se assenhorearem de suas verdadeiras delimitações e responsabilidades de conservação que lhes são inerentes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado do Interior, enfatizando a necessidade da instalação de posto telefônico, nos Distritos de ICATU e TRÊS MORRINHOS, ambos jurisdicionados pelo Município de QUERÊNCIA DO NORTE.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1.980.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Os moradores dos distritos de ICATU e TRÊS MORRINHOS, no Município de QUERÊNCIA DO NORTE, pela distância que os separam de sua sede administrativa e dos demais centros de comércio, ressentem a carência do telefone como meio de comunicação que lhes permita condições para viabilização de seus contatos, obrigando-se a contínuas e dispendiosas viagens.

No entanto, o motivo maior para justificação plena da presente proposição, estriba-se na total ausência de recursos médicos ou farmacêuticos, sofrendo por isso, verdadeira angústia em casos de emergência.

Convictos de que estes argumentos serão suficientes para sensibilizar o Senhor Secretário do Interior, aguardamos o respaldo da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Duas notícias diferentes foram publicadas no último domingo pela imprensa: uma delas dava conta de que havia sido encaminhado um expediente ao Secretário da Agricultura,

Deputado Reinhold Stephanes.

Dito expediente agradecia o empenho do Secretário da Agricultura pela manutenção da funcionária do FUNRURAL de Castro, com os signatários considerando a substituição como grande injustiça, e prejudicial à organização do PDS.

Referido expediente traz a assinatura do Vice-Prefeito de Castro, do Presidente da Câmara Municipal, de outros 4 Vereadores, além do ex-Prefeito Dr. Lauro Lopes e do ex-vice-Prefeito Nelson Meyer.

Em síntese: é um documento que conta que na minha Cidade de Castro injustiçaram a funcionária do FUNRURAL.

Ocorre que o Secretário da Agricultura Reinhold Stephanes entrou na briga para evitar que tal injustiça tivesse lugar, mas acabou perdendo a batalha para o Deputado Norton Macedo - Presidente do Partido.

Foi uma luta de gigantes, onde a modesta funcionária do FUNRURAL de Castro é que acabou sendo a vítima do desacerto político.

A outra notícia, ligada ao fato ocorrido em Castro, dá conta no documento que o Secretário da Agricultura encaminhou à direção regional do PDS, cujo teor merece ser lido desta tribuna para que fique registrado nos Anais desta Casa - pois é uma confissão daquilo que realmente vem ocorrendo.

Diz o documento - segundo publica a imprensa:

"Senhores Membros da Comissão Regional do PDS.

Implantado no Brasil no início da década de 70, com o objetivo social e humano de dar ao homem do campo o seu maior programa de assistência médica, com amplas perspectivas de evolução e aperfeiçoamento futuro, o FUNRURAL merece a nossa preocupação em face do problema que envolve a sua estrutura de pessoal, responsável pela orientação e execução do programa.

Assim, agentes e técnicos selecionados na época para a implantação do FUNRURAL, e que apresentaram trabalho comprovadamente bom, com provas efetivas de ajuda incondicional ao governo, encontram-se INSEGUROS e AMEAÇADOS tendo em vista casos até de perda de funções, em detrimento próprio, familiar e dos segurados.

No geral são homens que deixaram outras atividades para se dedicarem inteiramente à causa do trabalhador rural no trato com os assuntos previdenciários.

Durante todos esses anos se especializaram na tarefa de assistência e seguro social ao homem da lavoura. Portanto, dignos, corretos e importantes para o êxito do programa.

AMEAÇADOS DE DISPENSA e SUBSTITUÍDOS por elementos que embora merecedores de respeito, são alheios às atividades peculiares da previdência, sentem-se desestimulados por MEDIDAS POLÍTICAS geradoras de INTRANQUILIDADE PROFISSIONAL.

E continua o Deputado Secretário da Agricultura em seu documento:

Entendemos que o PDS deverá ter um comportamento elevado nas discussões de seu programa e dos grandes temas de interesse à sociedade brasileira, notadamente na área de assistência ao homem do campo e ao "bóia-fria" que aí está a exigir de todos melhores condições de vida.

Cremos (continua o Secretário da Agricultura do Paraná) que o PDS e todos os homens que o compõe trabalham para que as injustiças sejam minoradas; o que aliás nos preconiza o estatuto partidário que tem como centro o bem estar do homem brasileiro.

E finaliza o Deputado Reinhold Stephanes: Neste sentido faço um apelo à Comissão Regional do PDS, para que, compreendendo a situação em que vivem os agentes do FUNRURAL, não permita que MAIORES INJUSTIÇAS sejam cometidas.

E arremata:

Rogo aos nobres companheiros que deixem as SUBSTITUIÇÕES E DISPENSAS desses trabalhadores correrem o seu

curso dentro dos critérios administrativos que visem apenas e tão somente o interesse do previdenciário.

Como se observa, Srs. Deputados, a "caldeira" está fervendo.

É uma terrível denúncia que parte de um Deputado Federal do PDS.

E muito mais do que isso, é uma denúncia que parte de um Secretário de Estado.

É o Secretário quem confirma aquilo que aqui mesmo, nesta Casa, já foi denunciado: agentes do FUNRURAL encontram-se INSEGUROS e AMEAÇADOS.

E é o próprio Secretário quem afirma que tais funcionários ameaçados de dispensa sentem-se desestimulados por MEDIDAS POLÍTICAS geradoras de intranquilidade profissional.

E o Secretário faz um apelo ao seu Partido Político, para que não permita MAIORES INJUSTIÇAS, chegando ao ponto de ROGAR aos seus companheiros para que deixem as substituições e dispensas circunscritas apenas aos critérios administrativos.

Na verdade, a dispensa de Ana Elias Bonfim, da função de representante do FUNRURAL na cidade de Castro, nada mais representou de que um golpe político.

A atuação da referida representante do FUNRURAL no Município de Castro, era satisfatória e nenhuma irregularidade foi comprovada na referida representação.

Só que tais argumentos de nada valem, pois na luta política do corpo-acorpo, o Deputado Norton Macedo acabou ganhando o primeiro "round" de seu colega, Deputado Reinhold Stephanes, que pelo menos botou a boca no mundo e faz sérias denúncias.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Ocupo pela primeira vez esta tribuna como Deputado do Partido Democrático Social.

Fiz minha livre e democrática opção no mês de setembro, após um longo período de reflexão, iniciada desde o momento em que a extinção dos antigos partidos desencadeou o processo de reformulação da vida política deste País.

Foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma decisão pensada, refletida, solidamente amadurecida por uma análise de fundo, em que o momento histórico que atravessa o Brasil pesou como fator determinante da postura que, enfim, decidi adotar.

A criação de novos partidos, propiciou, sem dúvida, esta oportunidade de reflexão séria e voltada para as mais elevadas aspirações do povo brasileiro. Projetou-se uma nova era na vida política nacional, e esse quadro que se apresentou, só poderia mesmo — da minha parte — ser encarado diante da conjuntura que o mundo atual impõe aos povos que lutam por sua afirmação.

Comecei minha carreira política como modesto Vereador da Oposição, em Londrina.

E fiz oposição.

Como fiz oposição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contra o período de exceção, e o fiz com todo o vigor da minha mocidade. Assim cheguei a esta Casa, onde ao longo de quase seis anos, desenvolvi um trabalho coerente com os ideais que me inspiraram a ingressar na política.

Defendi direitos que foram negados à minha gente, empunhei com firmeza a bandeira da redemocratização, e sonhei com o dia em que o povo brasileiro conquistaria direitos fundamentais que, mesmo antes de 1964, jamais lhe foram proporcionados.

As idéias do jovem vereador de 1968, não mudaram. Bem ao contrário, são as mesmas idéias, revigoradas e

aprimoradas, que hoje sustentam a minha presença nesta tribuna como homem do PDS.

O processo de abertura política em implantação, pelo qual tanto lutei ao longo de doze anos de vida política, é para mim o início efetivo de um avanço em conquistas democráticas que haverão de ser definitivas.

Sinto que vivemos o alvorecer de um novo dia em que, cada brasileiro, a par do alcance de uma justiça social que jamais teve, há de viver em um País livre e democrático, capaz de dignificar a própria humanidade.

O momento atual, este exato momento em que desempenhamos mandatos populares que o povo nos confiou, é decisivo e condicionante para as conquistas que hão de vir.

Senti que o homem que comanda o processo de abertura em andamento, o Presidente João Baptista Figueiredo, é um patriota que merece, não só a nossa confiança, mas sobretudo o nosso apoio. Da abertura que agora, apenas inicia, irá certamente depender todo o conjunto de mudanças que o final deste século irá presenciar. E esse futuro de esperanças não pode ser comprometido.

Pelos ideais que até aqui lutei, continuarei lutando enquanto merecer a confiança do povo para um mandato popular. E por acreditar que, integrando o partido que oferece ao País a abertura para a verdadeira democracia, terei redobradas as condições e as esperanças de ver os sonhos se tornarem realidade, é que ingresso no Partido que hoje representa o Governo.

Um Governo que ouviu o grito do povo, que entendeu o clamor da Nação brasileira, e que deu a anistia, que colocou fim à censura, que tirou as mordasas da juventude e dos trabalhadores, e pouco a pouco, faz a Nação reencontrar-se na fraternidade de uma grande família.

Não venho incondicionalmente. Chego, sim, com a condição expressa de dar prosseguimento à luta que jamais foi e nunca será interrompida.

Confio, como creio confiar a maior parcela do povo brasileiro, nos bons propósitos do Presidente Figueiredo. Os erros, as distorções e até mesmo os vícios do atual regime brasileiro, creio que poderei, de forma mais produtiva, ajudar a saná-los integrando o Partido que se dispõe a sepultá-los de uma vez por todas, da vida nacional.

Ao iniciar a nova caminhada pela estrada que decidi seguir, como o caminho mais direto para a democracia brasileira, quero, humilde mas altivamente, entregar ao povo de minha terra e de meu Estado, o julgamento da minha decisão.

E só do povo eu admito o julgamento.

Recuso-o aos oportunistas, aos que fazem política apenas e tão somente por carreirismo, porque estes, cairão sozinhos, ultrapassados pela nova realidade que não querem enxergar.

A oposição nesta Casa, nos Municípios e no Congresso Nacional, tem brasileiros do mais alto valor, merecedores do mais irrestrito respeito. Eu os conheço, porque ao lado de muitos deles, desenvolvi minha luta e minha vida política. Não cometeria a indignidade de renegar idéias e repudiar antigos correligionários, só porque estamos hoje em posições divergentes. Afirmando mesmo, que acima das divergências que poderão até se aprofundar, há de permanecer, como identificação suprema, o amor à Pátria, a luta por melhores dias para a nossa gente, a busca de ideais que não podem morrer.

Concluindo, Sr. Presidente, com a postura que assumo — e isto é o grande atestado da justeza de uma posição — perfilam aqueles que entendo como os grandes artífices das instituições políticas, os homens que militam nas comunidades, nas bases da atividade partidária. Deles, só tenho encontrado o carinho e o apoio que atestam a certeza de uma decisão. E aqui invoco os vereadores da minha cidade, Londrina, e de tantos outros municípios do Paraná, que receptivos ao convite honroso do

Governador Ney Braga, acompanharam-me na decisão de continuar, dentro do PDS, a mesma luta em favor do Paraná e do Brasil.

Aos nobres Deputados do PDS, ao Líder da Bancada e aos dirigentes partidários — muitos dos quais adversários intransigentes de outras épocas — o meu mais profundo agradecimento pela dignidade com que me receberam, sepultando antagonismos do passado e assumindo a postura construtiva de olhar para a frente, encarar apenas o futuro de desafios que, juntos, haveremos de vencer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje, mais do que nunca, é preciso andar. E andar para a frente.

Caminhemos, todos.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedindo vênua pela ausência do Deputado que, useiro e vezeiro ao criticar a nossa bancada, pediria ao nosso Líder que transferisse ao Deputado Dácio Leonel a orientação do nosso Partido, e que ao mesmo tempo também, fizesse uma pergunta a ele, se quando ele era líder lá em Londrina, ele não trocava os cargos em comissão.

Vem ele agora, com mais esta orientação que não sabia que pertencia a um homem político do gabarito do eminente Deputado Dácio Leonel, interferir em ingerência indébita, procurando entregar dois Deputados do gabarito de Norton Macedo e Reinhold Stephanes, homens que por si só sabem defender as suas posições. Um, ilustre Deputado com uma votação excelente, e que foi Reinhold Stephanes; outro, Presidente do nosso Partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu Líder Deputado Erondy Silvério, vejamos Vossas Excelências que basta ficarmos calados para que o Deputado Dácio Leonel nos oriente como devemos fazer, como deve o nosso Partido caminhar. É a mesma história do homem esfarrapado que quer dizer como deve se usar uma roupa elegante, numa festa.

O Deputado Dácio Leonel, homem que eu respeito e que infelizmente não sabe ficar do lado do Governo, porque quando o Governo é Governo, ele briga. Quando Canet era Governo, ele brigou com Canet. Hoje brigou com Ney Braga, amanhã ou depois briga com Canet novamente. E não estamos aqui para escutar baboseiras e orientações de demagogia.

Sabe muito bem ele, homem inteligente, honesto, que o problema de cargo de confiança, é problema estritamente de partido. Temos na pessoa do Deputado Norton Macedo, um homem honesto, como temos também na pessoa do Deputado Reinhold Stephanes, hoje um líder na Secretaria da Agricultura, que não pode estar sequer dando uma orientação nem dando bola para estas intrigas comezinhas, intrigas primárias.

Vem o ilustre Deputado, ao invés de demonstrar a filosofia do seu Partido, vem apenas intrigar, vem apenas procurar intrigar, vem apenas dar carapuça que não nos serve, Sr. Presidente, porque temos uma liderança no Paraná, na mão de um homem que é Ney Braga.

Temos uma liderança na Assembléia Legislativa, nas mãos de um homem, companheiro nosso, que mereceu a nossa confiança, que é o Deputado Erondy Silvério. Não podemos, Sr. Presidente, escutar mais essas bobagens, essas falas dos homens que falam e correm, que, ao invés de viverem a filosofia dos seus partidos, procuram intrigar os nossos companheiros.

É bem verdade aquele antigo adágio popular que diz: "não se atira pedras em árvore que não dá fruto".

O Deputado Dácio Leonel vem todo o dia aqui, quando não procura espezinhar o Secretário da Saúde, procura espezinhar o Presidente do nosso Partido, procurando intrigar, sempre.

Mas os intrigantes não de cair por terra.

E não haveremos, Sr. Presidente, de escutar balelas de um Deputado que fala e sai do plenário. Ele que venha dizer o que Reinhold Stephanes — homem digno — disse a ele.

Agora, se o Deputado Norton Macedo fez uma indicação, cargo político, ele não há de querer que um cargo político fique à mercê do ilustre Deputado, que hoje é adversário nosso, o homem que não sabe ficar ao lado do Governo.

Amanhã ou depois, se Canet for Governador, ele estará contra, como era contra, quando dizia que Canet só protegia suas sobrinhas, seus primos. Por que não diz isso hoje, da tribuna?

A fidelidade e a dignidade, Sr. Presidente, não de ser coerentes nesta Assembléia, e o homem que fala, deve provar. Não precisamos de tutela. O Presidente do nosso Partido Norton Macedo, não precisa de tutela, como também não precisa o Sr. Secretário da Agricultura.

Não estamos aqui para ouvir balelas, intrigas de comadres. Porque "roupa suja se lava em casa", e a casa que eles devem lavar é em seu partido. A roupa suja que ele deve lavar é em seu partido. Não devemos satisfações ao Sr. Deputado Dácio Leonel. O nosso Partido é o PDS, o dele é o PP. Não devemos e não vamos tolerar balelas.

Agora — baixando o tom de voz — Sr. Presidente, vamos pedir a Vossa Excelência e à imprensa do Paraná, que dê uma observação a esse moço digno e inteligente, só que não sabe ficar do lado do Governo, só que está do lado errado, não sei qual é sua fobia, mas só sabe falar mal e criticar.

Porque, na hora em que um Deputado não puder liderar o seu município, não puder remanejar um cargo de confiança, então estarão falidas todas as democracias, do Brasil e de toda parte.

Pediria ao Deputado Dácio Leonel, se aqui estivesse: por favor cuide da sua casa; da nossa, nós cuidaremos, e cuidaremos com a vitória esmagadora, se Deus quiser.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui e ali, nos últimos tempos, temos assistido de maneira acanhada, uma certa disposição do Poder Central do País para, buscando solucionar problemas individualizados, em todo o Brasil, aplica projetos limitados para fins de reforma agrária, de áreas mais diversas.

Aqui no Paraná, o Governo também, não tendo condições, disponibilidade, vontade e independência, também procura, acanhadamente, a solução de problemas, quer de posse, quer problemas agrários e até agrícolas.

Mas, presentemente, todo o Estado já deve ter quase se cansado de analisar, ouvir e ver o impasse de um problema que já se estende por meses e meses.

Tanto se falou, se escreveu e se analisou a questão COTRIGUAÇU-ARIPUANÃ, que voltar ao assunto pode parecer enfadonho e repetitivo, não fosse a extrema gravidade em que se encontra o quadro, presentemente.

Em verdade, a COTRIGUAÇU encontra-se ante a esfinge: ou decifra e decide a colonização, ou sucumbirá até por falta de credibilidade nos quadros e competência.

Assim é que, Sr. Presidente, após tantas marchas e contramarchas, avanços e recuos, vê-se no horizonte cooperativista do Oeste do Paraná, uma disposição que surge sólida e abrangente, para equacionar o primeiro obstáculo do problema.

E esta disposição foi tomada de maneira vertical, clara e destemida, de amplos setores da comunidade regional, no extremo Oeste, não só os cooperativistas mas amplos setores da comunidade oesteana, e exigir uma definição do "affair" COTRI-

GUAÇU.

E segunda-feira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando os membros da CPI do Cooperativismo estiveram em Cascavel, testemunharam o que nós entendemos um momento histórico: 17 sindicatos de trabalhadores rurais, representando 90 mil associados, mais 9 sindicatos rurais (sindicatos patronais), representando 40 mil associados, somaram-se às 8 cooperativas presentes, representando congregados 25.630 cooperados e unanimemente passaram a defender a colonização da área de 1 milhão de hectares na região de Aripuanã, Mato Grosso.

Acresce-se, face à relevância, o nível de conscientização das direções sindicais, em especial, que de maneira organizada, mobilizaram-se com cartazes, faixas e memoriais bem fundamentados, lotando completamente as dependências da Câmara Municipal de Cascavel, acompanhando e participando por mais cinco horas dos trabalhos e debates realizados.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eis um dos efeitos importantes da CPI do Cooperativismo: quebrou a pretensa inviolabilidade e intocabilidade que até então pairavam sobre as cooperativas, e mais ainda, sobre suas direções, muitas delas "auto-endeusadas" por seus presidentes.

Tal a disposição encontrada em Cascavel, que é preciso ecoar e multiplicar a todo o Paraná e ao Brasil, a força econômica da região, pois é possível, Sr. Presidente, que num país onde os PIBs é que importam, possam os números falar talvez mais alto que a própria justiça e a razão.

E por esta referência, é que a cada um e a todos, cabe sintonizar a potencialidade da própria COTRIGUAÇU, no seu aspecto econômico. E as várias referências que temos quanto ao tipo de cooperativismo, os seus aspectos e desvios, foram razões que, inclusive, fundamentaram o pedido da CPI.

Não podemos, exatamente pela referência que fizemos, da importância que se dá neste País, reprisar aqui o que significa em potencialidade econômica, a COTRIGUAÇU para o País.

A Cooperativa Central Iguaçu, de cooperativismo, possui hoje, Sr. Presidente, sete filiações, englobando 28 municípios do Estado.

O faturamento bruto em 1979, das cooperativas singulares, foi de oito bilhões, 748 milhões e 087 mil cruzeiros.

Em 1980, com o recebimento de um bilhão e quatro milhões e quarenta toneladas de soja, também a COTRIGUAÇU recebeu 587 mil, 229 toneladas de trigo.

Para se ter uma posição clara da produção nacional de soja, a Central Cooperativista do Oeste do Paraná contribuiu com 6,2 por cento de toda a produção nacional de soja, e da produção do Paraná, nada mais nada menos do que 22 por cento.

Da produção nacional de trigo, a COTRIGUAÇU contribuiu com 36,7 por cento da produção paranaense, e da nacional, com 15,5 por cento.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se só na soja e no trigo a contribuição da COTRIGUAÇU ao País representa na soja 6,2 por cento de toda a produção nacional da leguminosa, e do trigo chega à produção de 15,5 por cento de toda a produção nacional, estes dois dados são só para evidenciar neste aspecto o seu potencial.

Entre as cooperativas centrais de todo o Estado do Paraná, está a COTRIGUAÇU em primeiro lugar na produção de soja, com 41,2 por cento da produção total dos cereais, seguida pela COCAP, com 34 por cento, e a COOPERSUL, com 11 por cento.

Possuem as singulares, reunidas na COTRIGUAÇU, 3.900 empregados, desde o corpo mais técnico até os auxiliares menos especializados.

Mas, a Cooperativa Central Iguaçu também está devendo por força da área de Aripuanã, em torno de dois bilhões de

cruzeiros, mas de uma área que hoje, pela sua valorização, vale mais de 20 bilhões.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se estamos fazendo referências a estes dados, é porque o impasse existe e está claro. A situação na Região Oeste do Paraná com relação ao sistema cooperativista, é de quase estrangulamento. Porque, de um lado, a desconfiança dos cooperados e das singulares para com a COTRIGUAÇU e seu futuro; e de outro, o impasse que a própria COTRIGUAÇU vê de não poder caminhar os caminhos políticos e vencer o impasse jurídico e econômico que está exatamente a obstruir a colonização de Aripuanã.

Mas, exatamente quando temos uma ação judicial pelo Governo do Mato Grosso, buscando reintegrar na posse daquela área de um milhão de hectares, e tem como alegação exatamente a ausência da COTRIGUAÇU na implantação do projeto de colonização, é porque este impasse, que é jurídico, só tem como saída a solução política.

Se por outro lado há um débito de dois bilhões de cruzeiros, vale repetir que este débito, também, em especial, é devido a entidades financeiras ligadas ao próprio Governo.

Portanto, se existem dois problemas, de ordem econômica e de ordem jurídica, a solução é uma só: somente política.

E aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que vamos começar a ver a utilidade ou não da força política do Estado do Paraná.

É exatamente em momentos como este que poderemos avaliar qual a força política que tem o Governo do Estado, a quem cabe grande responsabilidade neste assunto e a quem não cabe jamais, dizer o que disse, que a COTRIGUAÇU poderia não ser competente para realizar e implantar um projeto de colonização.

Aliás, não diferente do que argumento apresentado inclusive pelo atual Presidente do INCRA, Dr. Paulo Yokota, de que a COTRIGUAÇU não tem viabilidade técnica neste projeto, porque lhe falta competência.

Além de ser uma bofetada em cada um dos paranaenses, é uma agressão fortuita, gratuita e incompreensível aos cooperados, porque 26 mil cooperados, todos pioneiros, que implantaram o que hoje existe no Oeste do Paraná, que fizeram uma mini-reforma agrária como na Região de Toledo, numa colonização séria e com alto cunho social, podem dar lições ao Dr. Paulo Yokota, ao Governo Ney Braga e a quem quer que seja, de como se deve e pode realizar projetos de colonização e inclusive idéias de reforma agrária neste País.

Mas não é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outra a razão que leva um Presidente do INCRA, do que motivado por interesses escusos que deve estar defendendo. Mas, todos os componentes que estiveram em Cascavel, da CPI, Deputados do PDS: David Cheriegate, Egon Pudell, Werner Wanderer; do PMDB: Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino e este que está na tribuna.

Temos consciência e aí a posição unânime e clara, de que se precisa fazer uma comunicação geral, principalmente uma convocação, onde possam assumir todos os paranaenses, do Governo do Estado, a nós Deputados Estaduais, aos Deputados Federais, às forças cooperativistas deste Estado, não só da Região Oeste, e também todas as forças sindicais, para que pressionemos o Governo do Estado do Mato Grosso, através do diálogo e da diplomacia, para que possam sustar a medida judicial existente; e em se sustentando o entrave político, possamos adentrar às portas dos grupos econômicos, dos Bancos que já têm seus créditos junto à COTRIGUAÇU, que possuem hipotecas em primeiro, segundo e terceiro graus naquela mesma área, que rescalonando o débito, possam, efetivamente, viabilizar esse importante projeto de colonização de um milhão de hectares de terras.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se estamos na tribuna

até repetindo muito do que já se disse, mas tem como objetivo valorizar e destacar que, na segunda-feira, em Cascavel, neste encontro entre sindicalistas cooperados, cooperativas e políticos, teve-se de uma vez por todas uma posição clara, de finalmente tomar-se uma posição vertical e exigir respeito para quem tem tanto contribuído para o Paraná e para o Brasil.

E somos efetivamente pródigos, ao produzir. Responderemos com 22 por cento estadual de soja; 15,5 por cento da produção nacional do trigo; 38 por cento praticamente da produção nacional do trigo.

E no entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Oeste, neste episódio, passa aí a estar órfão das verdadeiras lideranças do Estado e do País que estão no Poder, e não têm, de maneira clara e decidida, enfrentado esta problemática que angustia esses 26 mil cooperados, que englobam portanto, 28 municípios na extrema região oeste do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, o que fazer?

Estamos convocando aqui e sabemos que esta é a disposição da CPI, e portanto somos meros porta-vozes das suas decisões neste instante, é de que, ou teremos a solução política do problema COTRIGUAÇU-ARIPUANÁ, ou assinaremos, definitivamente, um atestado de incompetência, de fraqueza e de inutilidade política neste Estado do Paraná.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência, que tem sido um defensor intransigente dos destinos e da coisa pública deste Estado.

Mas, apenas gostaria de fazer uma colocação — e esta é a razão do meu aparte — além de cumprimentá-lo também, por mais uma vez, pela defesa que faz, principalmente da sua região oeste do Paraná.

Gostaria de saber, nobre Deputado, qual é a posição do Governo do Estado do Paraná? O que é que o Governo, ou mais especificamente o Governador, tem feito, ou qual o seu posicionamento como Governador dos paranaenses, diante deste caso COTRIGUAÇU-ARIPUANÁ?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Deputado, e por ser oportuna a sua intervenção, devo dizer que não foi surpresa para o Oeste a maneira acanhada como o Governo do Estado tem tratado desse assunto; acanhada, digo, porque tem-se limitado num trabalho mais a nível de gabinete, inclusive, numa ou noutra intervenção telefônica ou até pessoal, com o Governo do Mato Grosso.

Mas, para que tivéssemos efetivamente a presença do Governo do Estado, deveria ser uma presença ousada, para, congregando os interesses do Estado, pudéssemos sim, jogar esta influência política, criando até um fato político maior, pressionar-se de maneira correta, adequada e diplomática, o Governo do Mato Grosso, para se resolver o problema jurídico que existe há questão de 35 dias, mas que antes, faltou exatamente a presença do Governo do Estado, do Governo Federal e das nossas autoridades que estão no Poder, para que pudéssemos efetivamente acionar os escalões maiores, INCRA, Ministério da Agricultura e Banco do Brasil, e reescalando o débito, viabilizassem o projeto de colonização.

É um débito que queremos ver ressarcido por parte do Governo do Estado, e temos certeza — pelo que estamos começando a ver — pela própria posição tida pelos partidos presentes na CPI, de que há necessidade, sim, dessa convocação geral, e dar-se as mãos em conjunto, independente das posições político-partidárias, porque, acima de tudo, o interesse da COTRIGUAÇU não é interesse nem do Governo do Estado, nem do PMDB ou desta bancada, é, sim, interesse de todos os paranaenses, porque, acima de tudo, é o interesse do Brasil, para que brasileiros possam, de maneira ordenada, socialmente adequada, ocupar um milhão de hectares neste País

que cria os projetos JARIS e que cria os projetos como JICA e tantos outros, em detrimento dos interesses nacionais.

Tem o aparte o Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Nelson Friedrich, lamentavelmente na última segunda-feira, não pude me fazer presente na reunião da CPI do Cooperativismo lá na cidade de Cascavel, CPI da qual fazemos parte e somos membro titular.

Mas, à semana passada, quando estivemos no Estado do Mato Grosso, mais precisamente na sua capital, Cuiabá, mantivemos contato com dois Deputados do PMDB daquele Estado, Paulo Nogueira e Dante Martins de Oliveira. E alinhávamos algumas idéias com referência ao problema COTRIGUAÇU-ARIPUANÁ.

Para aquele Estado, a conclusão que se chega é de que a área praticamente será perdida pela COTRIGUAÇU para o Governo do Mato Grosso, haja vista algumas cláusulas contratuais que não foram cumpridas e que estavam pré-estabelecidas.

Levântamos com eles, a possibilidade de que o impasse tem que ser solucionado politicamente. Ambos concordam que, se houver uma união de todas as forças políticas, tanto do Paraná como do Mato Grosso, o impasse será superado.

Mas, o que ficou claro nesse impasse todo, Deputado Nelson Friedrich, é que os homens do Paraná correram caminhos tortuosos, bateram em portas erradas, porque tinham que, primeiramente, tratar com o Estado do Mato Grosso, que é o dono legítimo da área. Não.

Foram à Brasília, ficaram se humilhando, levando porta na cara, como aconteceu com determinado presidente que não foi recebido, há poucos tempos atrás, em Brasília.

Então, o que ficou claro, é que o Estado do Mato Grosso está exercendo um seu direito de reintegrar a posse de uma área, da qual é o legítimo dono. E que a COTRIGUAÇU, os políticos, enfim, as forças que detêm o comando deste Estado, jamais se interessaram em ir dialogar com o interessado direto, que é o Governo do Mato Grosso.

Queira Deus, nobre Deputado, que após essa reunião em Cascavel, as mentes dos homens deste Estado, principalmente as dos que estão a comandar este Estado — ilegítimamente, é verdade — mas estão a comandar, tenham as suas vendas tiradas, suas mentes clareadas e partam à luta, vão para o diálogo, que seja criada uma comissão especial de deputados estaduais e federais do Paraná, para ir dialogar com o Governo do Mato Grosso, com os políticos do Mato Grosso, para se superar esse impasse e não dar esse prejuízo de dois bilhões de cruzeiros.

Prejuízo que, sem dúvida, deverá ser coberto, deverá ser pago pelos agricultores, e não pela meia-dúzia de encastelados, de comandantes de cooperativas do Oeste do Paraná. Porque criaram uma casta política a comandar as cooperativas deste País, deste Estado.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Deputado Darcy Deitos, exatamente os interesses que estão por trás, da questão COTRIGUAÇU-ARIPUANÁ, são bem maiores talvez que a própria área.

Porque, é inadmissível que o INCRA, o Governo do Paraná e algumas autoridades até do Mato Grosso, em período recente, conforme relatório da Direção da COTRIGUAÇU, insistissem e aconselhassem expressamente que deveriam alienar as terras, como a única e última alternativa de solução.

Ora, Sr. Presidente, inclusive defendemos a idéia de que colonizações, neste País, na atualidade, deveriam ser realizadas quase que exclusivamente por cooperativas, porque elas, exatamente, se sérias e adequadas aos princípios doutrinários, não visam lucros e são sociedades de pessoas e não de capitais, poderiam, nas colonizações, exatamente evitar o que temos hoje: a especulação imobiliária de ver grupos obrigando o

colono a sair de suas terras, instigando-o, a sair de suas terras em todo o Paraná e em especial na região Oeste, fazendo propaganda daquilo que não existe.

Como há colonizadoras vendendo terras, apresentando em televisão e jornais, fotografias de núcleos urbanos e cujo posteamento, tem na verdade, ligação de cordas para enganar o nosso agricultor na sua humildade, e uma vez levando para essas regiões agrestes, deixam ao "deus dará", à sua própria sorte.

Há poucos dias, conversando com um ex-cooperado da região, morador de Porto Mendes em Mal. Cândido Rondon, disse que caiu no conto de uma imobiliária dessas, e foi morar numa região que ele pagava, por um bujão de gás, a importância de mil cruzeiros, porque vinha inclusive de avião, e não tinha outro acesso.

Concluo, Sr. Presidente, dando o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Nilton, realmente, este problema, haveremos nós também, de subir à tribuna para alertar à classe política do Paraná, cuja ótica tem se voltado muito para outras questões até de natureza regional.

O problema que hoje movimenta todos os agricultores do Paraná, especialmente do Oeste, representa um fator indiscutível de decisão, em termos políticos até nacionais.

Porque, Sr. Presidente, Deputado Nilton Friedrich, só de trigo nacional da região de influência da COTRIGUAÇU, representou 36,7 por cento do Estado do Paraná, e 15,5 por cento do trigo nacional, sem contar a soja, que representa no contexto nacional, só da entrega da COTRIGUAÇU, quase 7 por cento da nacional, e do Paraná, mais de 22 por cento de toda a produção paranaense, sem contar aqueles que não são associados. Isto só em termos de associados que entregaram o produto na COTRIGUAÇU.

Por esta razão, é preciso que nós, paranaenses, especialmente os políticos do Paraná, tenhamos a altivez e a capacidade de reunir esforços e exigir, não só do Governo do Paraná, mas especialmente de um caráter democrático e diplomático, fazermos gestões junto ao Governo do Mato Grosso, e depois pressionar o Governo Central, e quem sabe até, derrubar este Paulo Yokota ou Paulo Cota que está na Presidência do INCRA.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte.

Sr. Presidente, concluo dizendo tão somente que, na verdade, está em nossas mãos, de todos os Deputados desta Assembléia do Secretário da Agricultura, do Governo do Estado, a possibilidade ou não, de assinarmos este atestado de inutilidade, de incompetência e de fraqueza. E mais ainda, este atestado terá a dupla assinatura, se o Governo do Estado não assumir a liderança desta proposta.

Queremos ver as cooperativas colonizando o País, com efeito social adequado, sem a visão especulativa imobiliária inclusive, como reguladora de preços de terras e, acima dessas colocações, a visão que tivemos em Cascavel, quando o coordenador da Micro-Região 2, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, defendeu de maneira clara no seu memorial, a necessidade de fazer-se ali até uma experiência de Reforma Agrária, para que tivéssemos o mínimo de áreas de 50 hectares, e no máximo, áreas de 150 hectares.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é nesta hora e é neste instante que o poder político do Estado do Paraná, mais uma vez, está em jogo, e será adequadamente avaliado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraguai, nos últimos vinte e cinco anos de regime de opressão e arbítrio, jamais esteve envolvido num clima de agitação e violência tão profunda, como a partir do movimento campestre eclodido na localidade de Caaguazu, sob o comando de Vitoriano Centurión.

De lá para cá, a tensão aumentou gradativamente, mesclando-se as incertezas e a insegurança de um povo que clama por liberdade e justiça.

A prisão e morte de vários camponeses envolvidos no episódio acima citado, trouxe até mesmo um clima de insatisfação geral ao próprio governo, que foi alvo de críticas na imprensa internacional, pela ação do aprisionamento de menores como Apolônia Flores, de 13 anos, e Apolinária Gonzales, de 16 anos. Estas menores encontram-se detidas há mais de quatro meses em Departamento de Polícia Política, da sangüinária e opressora ditadura paraguaia.

Mais recentemente, o assassinato do ex-ditador nicaraguense, Anastácio Somoza, em Assunção, gerou o desencadeamento de uma onda de repressões em todo o país, atingindo não só nossos irmãos paraguaios, bem como a todo o cidadão que naquele País se encontrava, por ocasião do acontecido.

Vários brasileiros detidos em Puerto Stroessner, por ocasião do fechamento das fronteiras com nosso País, sofreram na carne e presenciaram os atos de violência daquele regime.

Mesmo assim, as oposições paraguaias, reunidas no denominado ACORDO NACIONAL, continuam sua luta em busca da redemocratização, apesar das várias perseguições e manobras governistas impingidas contra as lideranças dos diversos partidos políticos, que inclusive buscam há mais de um ano o agrupamento de suas forças, a nível de América Latina, com a instituição de um organismo já denominado CENTRO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS DA AMÉRICA LATINA.

As ameaças sofridas por seus integrantes e dirigentes, mesmo diante de torturas e aprisionamentos, não enfraqueceram o espírito patriótico da longa caminhada em busca da justiça e respeito aos direitos humanos, setor completamente acéfalo, principalmente aos homens do Governo do General ditador, Alfredo Stroessner.

A tensão naquele país é uma constante. É uma arma usada pelo Governo para promoção da intranquilidade de diversos setores, principalmente das oposições político-partidárias.

Após a morte do General Anastácio Somoza, verificou-se naquele país uma repressão sem precedentes na história do Cone Sul, causando clima de pânico em vários segmentos da sociedade, principalmente aos dirigentes políticos, o que talvez tenha motivado a morte do grande líder e Presidente do Partido Revolucionário Febrerista, Carlos Caballero Gátti, ocorrida há poucos dias.

Diante desse quadro, tudo nos leva a crer que o General ditador Alfredo Stroessner, está levando à risca os conselhos que recebeu do ex-ditador Anastácio Somoza, quando este aportou em Assunção, afirmando que saíra por ter sido "frojo", e que o negócio era endurecer, endurecer sempre, e tratar com violência seus opositores.

E os opositores ao regime, continuam sendo tratados com violência brutal, culminando, mais uma vez, com a prisão do maior líder oposicionista do Paraguai, o ex-Deputado e atual Presidente do Partido Liberal Radical Autêntico - P.L.R.A., Dr. Domingo Laino. A prisão arbitrária, ocorreu na tarde do dia 29 de setembro, às quinze horas, hora paraguaia, quando este, em companhia de seu advogado, Miguel Saguier, saíram de sua residência na capital paraguaia.

Até este momento, Domingo Laino encontra-se detido, in-comunicável, na Terceira Comissaria Técnica, órgão militar daquele governo.

Desconhecemos a sorte que se abaterá sobre Domingo

Laíno, pois, integrando o Centro Latino-Americano das Forças Democráticas, este parlamentar, juntamente com Gernote Kirinus, Waldyr Pugliesi, José Tavares, Nelton Friedrich, Deni Schwartz e José Domingos Scarpelini, pode assistir a um espetáculo deprimente, quando da transferência de Laíno do órgão militar em que esteve detido até o final de setembro do ano passado para a prisão no interior do país.

Estes Parlamentares chegaram, inclusive, a ser ameaçados, por militares que portavam metralhadoras, não permitindo que se aproximassem do líder opositor paraguaio.

Diante desta atmosfera de incertezas, deixamos aqui registrada nossa preocupação e nosso temor, pelo que poderá sofrer Domingo Laíno, no cárcere, em relação à sua integridade física e moral, dado ao barbarismo com que são tratados os opositores ao regime militar e ditatorial daquele governo paraguaio.

Em nome do PMDB, da Presidência do nosso Partido, passamos a ler a nota do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Paraná, com relação à prisão do Dr. Domingo Laíno:

"Notícias procedentes do Paraguai, nos dão conta de que novos atentados estão sendo cometidos naquele país, contra os direitos fundamentais do homem, contra os cidadãos daquela nação amiga. Novas violências políticas contra os cidadãos paraguaios.

E a violência não parte do povo paraguaio nem de seus partidos de oposição à ditadura que ali está implantada contra o povo e contra a nação.

O terrorismo de Estado, o arbítrio e a ação violenta, já constituem a prática do regime político que se sobrepõe ao nobre povo paraguaio.

Há alguns meses, a ação da polícia política do Paraguai se desencadeou contra o movimento camponês de Caaguazu, fazendo centenas de vítimas, entre mortos, desaparecidos e presos. E entre eles se encontram duas meninas, de 13 e 16 anos, analfabetas mas reivindicantes de seus direitos de sobrevivência: Apolônia Flores e Apolinária Gonzáles, juntamente com o líder camponês, Vitorino Centurión, passaram a simbolizar neste episódio a resistência heróica do povo paraguaio.

Agora novamente foi preso o líder político Domingo Laino, sem acusação formada nem processo regular.

A pretexto de descobrir culpados para a morte de Anastácio Somoza Debaylle, as forças repressivas da ditadura do General Alfredo Stroessner, fizeram a execução sumária de argentinos exilados; perseguem, prendem e seviciam pessoas e grupos considerados de oposição ao regime. Desencadeou-se nova onda de terrorismo de Estado implantado no Paraguai.

Domingo Laino já é muito conhecido no Brasil e na América, como um batalhador da democracia, como membro ativo e importante no Acuerdo Nacional, que reúne os partidos e movimentos democráticos do Paraguai.

O ataque da ditadura do General Stroessner, contra Domingo Laino, representa mais um golpe contra os democratas paraguaios e contra a democracia da América Latina.

Por isso, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Paraná, por seus Deputados Estaduais, formula seu mais veemente protesto contra mais esta violência política e conchama as forças democráticas deste País a manifestarem seu protesto ao Governo do Paraguai, exigindo liberdade para Domingo Laino, para Apolônia Flores e Apolinária Gonzáles, e todos os presos políticos sem processo e culpa formada por tribunais regulares.

Curitiba, 01 de outubro de 1980.

(a) Deputado WALDYR PUGLIESI
Pres. PMDB-PR."

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa consulta à Liderança do partido Popular, se deseja usar do horário reservado.

rio reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, o que foi dito aqui, não mereceria nem resposta. Não justifica e não merece; é dar demais.

Todavia, me senti na obrigação de, pelo menos, vir à tribuna.

Como não nasci para viver dizendo amém e nem tão pouco para ser marionete movida a toque de terceiros, sempre exerci o direito de discordar.

E discordei, sempre que me pareceu que não correspondesse qualquer atitude, com o meu entendimento, mas sem que isto pudesse representar, em qualquer momento, uma briga com quem quer que seja.

Tentaram me pintar como briguento, alegando que não sei ser Governo. Se virar subserviente é ser Governo, realmente eu não sei ser Governo.

No entanto, este fato é de somenos importância, já que nunca briguei nem com Canet nem com o Governador Ney Braga.

Posso divergir de qualquer político, mas sempre o faço com decência, com educação e com dignidade. Nunca corri de plenário, e nem creio que qualquer Deputado que saia do plenário, no Pequeno Expediente, possa ser chamado como um "Deputado que correu do plenário", ainda mais quando nós sabemos que no Pequeno Expediente não há apartes.

Como consequência, não sei a que atribuir as ofensas que me foram jogadas por um dos componentes da digna bancada do PDS.

Vim à tribuna, mas não vim contar nenhuma estória que o Dr. Reinhold Stephanes me contou; não vim à tribuna para reclamar do mando político, se tirei ou não a moça. Não estou me referindo a isso.

Apenas vim para explicar que o Secretário da Agricultura do Paraná, através da imprensa, numa publicação feita pela "Gazeta do Povo", em manchete do último domingo, fez pesadas denúncias, num documento que encaminhou ao seu Partido, o PDS, cujas denúncias estão baseadas e tiveram como motivação, exatamente a exoneração de Ana Maria Bonfim, do FUNRURAL da cidade de Castro.

Tanto é que, logo acima da coluna de "Notas Políticas" está a notícia a respeito da posição tomada pelas lideranças políticas daquele município, e que encaminharam um documento ao Deputado Reinhold Stephanes, agradecendo a sua interferência pela manutenção da funcionária, mas lamentando que tivesse ocorrido uma injustiça com a mesma, e que ela tivesse sido substituída.

Vim porque é a minha terra natal.

Não participei em nenhum momento do episódio; não participei, tanto é que a guerra, a briga, acabou se travando exatamente entre dois Deputados Federais.

E eu, o que vim fazer?

Vim fazer algumas afirmações, dizendo que há uma terrível denúncia que parte de um Deputado Federal do PDS. Não tenho culpa se o Dr. Reinhold Stephanes, ao invés de levar o assunto sigilosamente para o seu Partido, permitiu que a denúncia fosse estampada em rodapé gigantesco num dos melhores jornais do Paraná.

Não tenho culpa.

Foi ele quem quis que a notícia fosse pública. E desde que ela saiu de dentro do problema do seu Partido e foi à rua, e foi ao público, não se pode contestar que possamos sobre ela tecer qualquer consideração.

E foi o que fiz. Foi o que fiz, fazendo observação à sua denúncia, dizendo mais: que era uma denúncia muito grave, porque partia de um Secretário de Estado.

E foi ele, Dr. Reinhold Stephanes, que disse, está publicado na "Gazeta do Povo", exatamente frases dele, ao dizer:

"Agentes do FUNRURAL encontram-se inseguros e ameaçados." Vejam os Srs. um Deputado Federal do PDS, um Secretário de Estado do Paraná, está chamando a atenção de que os agentes do FUNRURAL encontram-se inseguros e ameaçados.

Não sou eu que estou dizendo.

Mais adiante, diz Sua Excelência que "tais funcionários ameaçados de dispensa, sentem-se desestimulados por medidas políticas geradoras de intranquilidade profissional". E sou eu que levo desafio, mas como?

E diz mais Sua Excelência: "Faz um apelo ao seu Partido Político para que não permita maiores injustiças, chegando ao ponto de jogar aos seus companheiros, para que deixem as substituições e dispensas circunscritas apenas aos critérios administrativos".

Vejam Srs. Deputados, vejam os Srs. que não é possível que, pelo menos, compareçamos a uma tribuna e abordemos para dizer que a denúncia é da área oficial, não é nossa, e mesmo assim somos xingados, ao ponto de dizer "falou e correu do Plenário".

Mas, Srs. Deputados, devo ainda lembrar a Vossas Excelências alguns fatos: tenho em mãos um xerox do Instituto Nacional de Previdência Social, assinado pelo brilhante companheiro, ex-deputado Cleverson Teixeira. Sua Excelência, que muito prezo, faço questão de dizer, enviou ao Presidente da Câmara Municipal de Castro, um ofício a respeito desse assunto, vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

Em atenção ao Ofício 109/79, dessa Câmara Municipal, protocolado sob n.º 414-000/4167/79, comunicando o mau atendimento por parte de funcionário da Representação local dessa cidade, temos a esclarecer que nossos órgãos competentes informaram que a atuação do Representante local em Castro é satisfatória.

Esclarecemos ainda, que recebemos o Ofício de n.º 136/79, do Presidente dessa Câmara, Requerimento n.º 50/79 da mesma Câmara, Cartas do Sr. Francisco de Assis Stocker, do Sr. Presidente do Sindicato Rural de Castro, do Vereador Paulo Milek Sobrinho e Telegrama do Presidente da Câmara dessa cidade, todos solicitando a permanência do Representante local.

Nestas condições, informamos que o referido ofício será arquivado por não ter sido comprovada qualquer irregularidade na Representação local de Castro.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

a) Cleverson Marinho Teixeira
Superintendente Regional

Ilmo. Sr.

TAKESHI MAEDA

MD. Presidente da Câmara Municipal de
CASTRO - PR"

É mais um documento que — desses tenho uma série, inclusive, por conhecer o problema, que é do meu chão natal, mas, em momento algum, durante todo o transcurso deste período, em momento algum, trouxe o problema para esta Casa de Leis, já conhecia a decisão que havia sido tomada. Mas, o que fiz, apenas em função de que o problema extrapolou e foi então ganhar manchetes em jornais, é que entendi que deveria também trazer a esta tribuna. Posso comunicar aos Srs. que foi enviado, inclusive, mensagem ao General Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Paraná, ela é assinada pelo vice-Prefeito de Castro, pelo Presidente da Câmara Municipal de Castro e diversos Vereadores cujos nomes constam do documento. (Lê)

"LAMENTAMOS PROFUNDAMENTE ACONTECIMENTO REPRESENTANTE FUNRURAL CASTROpt
SUBSTITUIÇÃO MESMA GRANDE INJUSTIÇA COM

GRANDES PREJUIZOS CONSTITUIÇÃO PDS LOCAL pt
PERSEGUIÇÃO POR INTERESSE PROPRIO QUE
NÃO APOIAMOS vg GERANDO INSATISFAÇÃO.E
INCOMPATIBILIDADE PARTIDÁRIA.

aa) NEI AMILTON MENARIM — Vice Prefeito e membro do PDS

TAKESHI MAEDA — Presidente da Câmara e membro PDS

ANTONIO RAMIM SILVEIRA — Vereador e membro PDS

SANTO LAZARINI DA SILVA — Vereador e membro PDS

TOMAZ RIBEIRO DE MORAIS — Vereador e membro PDS

ANTIP MOROZ — Vereador do PDS

AFONSO FRANCO DE SOUZA — Vereador

ANTONIO NEYR SIMÃO — Vereador do PDS

PAULO MILEK SOBRINHO — Vereador do PDS

ALBINO SCHULTZ — Membro do PDS

NELTON E. MEYER — Membro do PDS e ex-Vice-Prefeito

LAURO LOPES — ex-Prefeito de Castro."

São alguns fatos.

Tenho uma série de documentos, se fosse enfocar o problema em si, da saída ou não, da representante do FUNRURAL. Mas, faço questão de frisar: não entrei na seara da decisão política dos políticos. Apenas enfoquei o problema porque eles não se entenderam, os dois lutaram, faz um ano que estão nessa luta. E até hoje, neste ano, nunca comentei esse assunto desta tribuna. Faz um ano que estão lutando: sai, não sai, sai, não sai, mando, não manda. Até hoje não trouxe. Por que é que hoje vim enfocar? Por que, quando a guerra acabou, quando alguém venceu, alguém perdeu, o que houve? Um Secretário de Estado vai à imprensa, ou dá condições para que a imprensa publique - não sei - ou o Partido, porque eu não sei, ou ele ou o partido. Porque eu também nesta altura, já confesso que talvez esteja me equivocando, porque se o documento é oficial do Secretário de Estado Reinhold Sthefanes Deputado Federal, encaminhado ao seu Partido, teria sido ele a encaminhar para a imprensa? Teria sido o seu Partido a encaminhar para a imprensa? Teria sido o seu Partido, alguém encaminhou, para que a imprensa tomasse conhecimento e saísse em destaque como saiu, dando conhecimento e, inclusive, criando uma expectativa em todo o Estado a respeito das ameaças e intranquilidade.

Ameaça e intranquilidade repito, reconhecidas pelo Deputado e Secretário da Agricultura do Paraná, Dr. Reinhold Stephanes.

Faço apenas esta rápida alusão, não pretendo entrar em outros detalhes a respeito do assunto em si, a menos que me conduzam para este campo. Porque não estou discutindo, não estou discutindo no fundo, o problema da representante ter ou não, sido mantida ou substituída na função, não estou olhando quem a substituiu, não estou olhando quais as razões que hoje, naquela cidade, são levantadas. São problemas que, como eu disse, por hora nenhum interesse e espero que nenhum interesse o tenha futuramente em vir abordar.

Apenas, tenho que me defender, porque, se com base numa declaração de um Sr. Deputado Federal, Secretário da Agricultura, eu venho à Casa, faço a leitura e provo que as coisas estão realmente neste ponto, que é muito perigosa a situação, que há um clima de insegurança e insatisfação, que há uma denúncia de que isto está havendo, está ocorrendo, até de certa forma com apelos patéticos. Quando Sua Excelência roga para que os políticos deixem que as dispensas e as substituições sejam feitas apenas pelos critérios administrativos, é justo que o homem público tome o seu lugar à tribuna e venha fazer a oposição.

Agora, não posso aceitar e não vou aceitar de forma alguma, que possam ocupar uma tribuna para tentar fazer discursinhos de balelas, para tentar ofender quem quer que

seja. Porque eu, no meu comportamento nesta tribuna, tenho respeitado e por todas as formas, procurado respeitar.

E os esclarecimentos, Srs. Deputados, eram apenas estes. Porque os Srs. que ouviram, os Srs. que ouviram as insinuações feitas à minha pessoa, agora podem deduzir facilmente, fizeram insinuação como se eu tivesse mudado, em síntese, tentaram apenas agredir-me, tentaram apenas servir a um Presidente a um Deputado do Partido mas, não conheciam o problema. Tanto é que, em momento nenhum, conseguiram conduzir as coisas pelos caminhos reais do que estava acontecendo, estavam pensando que eu queria ainda, exercer mando político.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa registra com satisfação, a presença do Secretário da Cultura e do Esporte, Deputado Luiz Roberto Soares.

A Mesa consulta à liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. Tendo declinado, consulto à liderança do PDS.

Com a palavra o Deputado Ruben Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, para destacar um fato político, especialmente da nossa cidade de Londrina, onde pudemos registrar com grande satisfação, a composição de um diretório político, bastante apurado e, especialmente, aqui destaco a participação neste diretório, da pessoa do Deputado Del Ciel que, após ter refletido durante algum tempo, resolveu por se conduzir efetivamente pela linha oficial do Partido Democrata Social.

Falando em Londrina, quero que fique excluído qualquer regionalismo, mas a importância de que tem a cidade, representando um número de eleitores maior do que do Acre, dá uma contribuição nacional da maior importância em ambos os partidos. Daí porque é de ressaltar os fatos políticos aí ocorridos.

Londrina tem a maior bancada, tanto da Situação como da Oposição, de todo o Estado, inclusive maior que da própria Capital.

Destaco o entusiasmo com que foi recebida a participação e o ingresso do Deputado Del Ciel em nosso diretório, antigo e valoroso membro do Movimento Democrático Brasileiro, que com a extinção dos partidos, optou pelas nossas fileiras.

O Sr. Erondy Silvério — Permite-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência e aproveito a oportunidade para me congratular com os companheiros do PDS de Londrina, pelo magnífico entendimento político, pelo patriotismo com que foi constituído aquele diretório e, acima de tudo, pela exuberância de valores que compoem o diretório regional de Londrina do PDS.

Principalmente porque o nosso Partido foi enriquecido com a adesão de diversos companheiros, como o Prefeito Belinatti que realmente é um líder popular em Londrina, em toda a região Norte do Estado e o eminente Deputado Del Ciel, que aprendi a admirar pelo convívio que mantivemos nesta Casa, ao tempo ainda que ele militava no Partido do MDB, partido da Oposição.

Mas a sua postura decente, a sua maneira correta, o enfoque que dava às questões mesmo que contrárias ao pensamento do Partido do Governo, o fizeram credor de nossa admiração, do nosso respeito.

Hoje a satisfação de tê-lo como companheiro; mesmo nas palavras que usou no Pequeno Expediente, pode-se aqui-latar a elegância do seu comportamento com relação aos ex-companheiros e aos novos companheiros aos quais veio se

junta.

Com o brilho de sua inteligência, com a sua postura extraordinária nesta Casa, vem enriquecer a bancada do PDS.

Congratulo-me com Vossa Excelência que é o Presidente do diretório municipal de Londrina, pela maneira cordata, cordial, com que finalizaram os entendimentos para a composição da chapa diretiva da nossa agremiação política naquele município. E mais uma vez pela exuberância e riqueza dos nomes que compoem aquela chapa.

Aproveito a oportunidade, já que não teremos outra, para registrar a nossa satisfação, da bancada do PDS e eu acredito que de toda a Casa, em receber hoje a visita do jovem Secretário de Cultura, Luiz Roberto Soares, membro desta Casa, dos mais destacados, onde só granjeou amizade e simpatia pela sua maneira correta, pela franqueza do trato que sempre teve, inclusive com os adversários políticos da Oposição.

Também se fez merecedor da admiração da Assembléia Legislativa do Paraná. Hoje, cordialmente nos faz uma visita.

Portanto, quero registrar em nome da bancada de nosso Partido, a nossa satisfação em tê-lo hoje nesta Casa. Sabemos que Luiz Roberto Soares continua, na Secretaria da Cultura, a ser o mesmo homem de pensamento aberto, profundamente democrático e que tem atendido lá todos os Srs. Deputados com a mesma distinção, com o mesmo cavalheirismo com que sempre se portou nesta Casa. É realmente um nome que engrandece o Poder Legislativo na administração Ney Braga. O Sr. Jurandir Messias — Peço um aparte, Deputado.

O SR. VALDUGA — Pois não.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Valduga, eu queria me congratular com as palavras do Deputado Del Ciel, com as suas palavras e principalmente a adesão do Deputado Del Ciel, ao nosso Partido, sabemos o quanto ela significa, sabemos o quanto ela é importante. Também é importante, a bem da verdade, a adesão de outros companheiros, ao nosso Partido.

O Deputado Del Ciel, e bem referiu-se, o nosso líder, Deputado Erondy Silvério, é um Deputado que marcou com atos dignos, com atos de espírito, principalmente democrático, a sua passagem, até esta data, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Eu, que sempre tive, neste Deputado, uma grande admiração, um grande conceito, que tenho certeza sou seu amigo particular, mesmo quando ele pertencia a outra bancada, sei que a Oposição sofreu um grande desfalque, perdeu um grande líder. E nós, nós da Situação ganhamos com isso, mais um companheiro, mais um líder, mais um grande batalhador; por isso eu quero me parabenizar com Londrina, com Vossa Excelência que teve todo o cuidado para resolver satisfatoriamente, o impasse político em Londrina.

Portanto, Del Ciel, tenha certeza que a bancada do PDS do meu município, dos municípios do Estado do Paraná, o receberão de braços abertos.

O SR. VALDUGA — Só para concluir, Sr. Presidente.

Agradeço ao aparte do nobre Deputado também o aparte do nosso Líder, Deputado Erondy Silvério, e finalizo, dizendo da nossa satisfação.

E receba, companheiro, Deputado Del Ciel, de nossa parte, da parte especialmente do Deputado de Londrina, a nossa mão estendida, para que juntos possamos fazer muito pela nossa região, pelo nosso Estado, pelo nosso País. E que empreste Vossa Excelência, o brilho do seu conhecimento e da sua experiência, como bem o fez quando defendia arduamente o seu Partido, o bom advogado é aquele que se apegue à causa e faz com que o resultado seja efetivamente identificado com os interesses daquele que o defende.

E assim nós entendemos que deve ser o Deputado. Sempre apreciamos o comportamento elevado de Vossa Excelência e apreciaremos agora, o convívio amigo e cavalheiro de

Vossa Excelência.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No horário restante à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. O nobre Deputado tem sete minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos aqui primeiramente para nos congratular-mos com este pronunciamento do Deputado que me antecedeu, Deputado Ruben Valduga, e pela grande aquisição de nosso Partido. E também por este grande acontecimento da visita do Deputado Luiz Roberto Soares, atual Secretário dos Negócios de Esporte.

E queríamos ao mesmo tempo, Sr. Presidente, talvez nos penitenciar, talvez pedir vênias à nossa consciência; à consciência dos paranaenses, por sermos assim combativos, por sermos assim, Sr. Presidente, por sermos assim, Srs. Deputados, homens talvez com discursinhos, talvez sem saber fazer aquelas tiradas messiânicas, aqueles discursos faraônicos para os homens, sem conteúdo.

O nosso discursinho pode ser discursinho. Mas é um discursinho em que trazemos a verdade. É um discursinho em que temos uma posição firmada. É um discursinho em que quando um companheiro nosso está sofrendo nós não ficamos um ano com papel guardado nas gavetas, sem defender o companheiro que lutou por nós.

O nosso discursinho é um discursinho dos homens acostumados a defender os homens de mãos calosas, dos homens que puxam o rabicho do arado, e que puxam o cabo da enxada.

Não é como uma bela história fazendo apologia, como Sócrates, falando no vazio; é um discursinho dos homens que vão de água em água, lutar por sua terra e por sua gente.

Não é um discursinho leviano dos homens que quando vêm os seus interesses feridos mudam de partido e até de Governo. O nosso discursinho, Sr. Presidente, é discursinho de homem da roça, de homem que não sabe outra coisa, a não ser trabalhar por sua terra e por sua gente; do homem que não tem ingerência indébita em outros partidos; é do homem que não procura espezinhar homens de outros partidos; é discursinho de um Deputado da roça, mas Deputado sabedor de sua responsabilidade; é um discursinho de um Deputado que não faz denúncia vazia; de um Deputado que não fica com papéis em sua gaveta, para depois vir fazer demagogia barata; é discursinho, Sr. Presidente, do homem acostumado a defender os seus companheiros.

Tivesse eu, Sr. Presidente, a oportunidade de ter um companheiro meu espezinhado, para poder vir aqui fazer um discursinho e defender a minha terra e minha gente; fazer um discursinho em fazer demagogia; um discursinho, porque tudo que se fala num discursinho nós havemos de provar, Sr. Presidente; é um discursinho de um homem que teve a felicidade de ter ainda o 4.º ano de grupo, mas de um homem que não se dobra, de um homem que não trai companheiro, de um homem que não vem falar aqui inverdades; de um homem acostumado, Sr. Presidente, a enfrentar as lides políticas do homem do interior.

Um homem que não teve a felicidade de ser radialista; mas teve a felicidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de ser honesto, de ser coeso e coerente, nunca procurando fazer ingerência indébita em outras agremiações, nunca procurando atacar quem quer que seja, sem provas.

É um discursinho do caboclo da roça, é um discursinho do homem que veio para cá pela quarta vez, e sem favor dos doutores, mas com o favor do nosso povo.

Vimos aqui sempre defender, Sr. Presidente, os menos favorecidos.

É um discursinho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do homem que tivera Deus um companheiro espezinhado, e com provas em minhas mãos, que eu iria até às raízes da consequência para defendê-lo.

E parodiando Rui Barbosa, Sr. Presidente, "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 117/80, de autoria do Deputado TÚLIO ZANCHET, que declara de Utilidade Pública a "Promoções Humanas Cristo Rei", com sede e foro no Município de Realeza. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Responderam a chamada 33 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119/80, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de Utilidade Pública o "Clube de Caça e Pesca do Paraná", com sede no Município de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de Utilidade Pública o "Centro Social Santo Agostinho", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às autoridades educacionais do Paraná, encarecendo providências quanto a situação do Ensino Superior de Apucarana. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia da Secretária". Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encaminhando minuta de projeto de lei que isenta do ICM, o fornecimento de alimentação e bebidas, para hotéis, restaurantes e similares. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Centenário da Imigração Alemã. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alen-

car, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Secretaria da Educação e Cultura e ao MEC, em forma de sugestão no sentido de manifestarem-se oficialmente quanto a legalidade ou ilegalidade da polêmica Universidade de Assis Chateaubriand. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários do Interior e Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um monocal telefônico na localidade de Vila Vitorassi, Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido que determine uma nova delimitação geográfica entre os Municípios de Curitiba e São José dos Pinhais. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, enfatizando a necessidade da instalação de posto telefônico nos Distritos de Icatú e Três Morrinhos, Município de Querência do Norte. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao trabalho que vem sendo efetuado pelo "Clube de Ciclismo e Desportos de Arapongas" presidido pelo empresário João Polisel, que teve dois de seus jovens integrantes Laércio Ipojuca da Silva e Marcos Mazaron, quando defendiam a Seleção Brasileira de Ciclismo Categoria Junior's sagrados campeões pan-americanos. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Justiça, das Relações Exteriores e ao Embaixador do Paraguai no Brasil, no sentido de facilitar o retorno de brasileiros retidos no Porto General Alfredo Stroessner, no lado paraguaio da Ponte da Amizade. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, encarecendo a instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Cascavel. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, consubstanciado em pedido de informações sobre a situação do Parque Iguaçu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 59 e 86/80.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 49, 50 e 51/80 e de Lei n.ºs 26, 43, 64 e 98/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária, para sexta-feira, dia 03, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 49, 50 e 51/80 e de Lei n.º 26, 43, 64 e 98/80.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva

DECRETO LEGISLATIVO N.º 365/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 289/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Protocolo, o funcionário CELSO FARACO, matrícula n.º 237, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A.

II — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 363/79, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle e Movimentação de Processos, do Departamento Administrativo, a funcionária IGLAIR SMANIOTTO, matrícula n.º 298, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A; e,

III — designar a funcionária acima mencionada para exercer as funções de Chefe da Divisão de Protocolo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1.º de setembro de 1.980.

IV — revogar o Decreto Legislativo n.º 329/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Sessão de Telefonia, o funcionário ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n.º 388, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C; e,

V — designar o funcionário já citado, para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle e Movimentação de Processos, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens, a partir de 1.º de setembro de 1.980.

(Protoc. n.º 8504)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 366/80

designar, LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, matrícula n.º 212, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete na Liderança do PMDB, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. n.º 8569)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 367/80

prorrogar até 1.º de novembro de 1.980, o Decreto Legislativo n.º 306/80, de 25 de junho de 1.980, que proveu em substituição LÉA ZANON GRANEMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3—C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Leonidas Ferreira Chaves, em substituição ao titular, percebendo as vantagens concedidas pelo item II, do já citado Decreto.

(Protoc. n.º 7668)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 22.09.1.980

aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário.

Atos da Diretoria Geral

PORTARIA N.º 617/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de LÚCIA MARIA DA VEIGA

SEGALL, matrícula n.º 422, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 12 de setembro de 1.980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 8835)

PORTARIA N.º 618/80

conceder ao funcionário PEDRO ALVARES DOS SANTOS, matrícula n.º 084, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 23 de julho de 1.979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

(Protoc. n.º 6034)

PORTARIA N.º 619/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos da fundamentação anexa, ao acervo de serviço público de GABRIEL BROTTTO, matrícula n.º 335, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de hum (01) ano, sete (07) meses e vinte e nove (29) dias, compreendido entre 02 de fevereiro de 1.946 e 1.º de outubro de 1.947, em que prestou serviço militar na Escola de Oficiais Especialistas da Aeronautica; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 28 de novembro de 1.978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Protoc. n.º 6127)

PORTARIA N.º 620/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, matrícula n.º 174, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.979, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos

do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1.976 e 07 de janeiro de 1.980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao dobro da licença especial referente ao 3.º quinquênio e da contagem em dobro das férias relativas ao ano de 1.976, 1.977 e 1.978; e,

III — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 07 de janeiro de 1.980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 7440)

PORTARIA N.º 621/80

antecipar para o período de 15 de outubro a 14 de novembro do corrente, as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário SEBASTIÃO BUENO, matrícula n.º 576, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 8815)

PORTARIA N.º 622/80

designar, ARLETE BELMONT ZEBALOS, matrícula n.º 235, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento de Divulgação Legislativa, sem prejuízo de suas vantagens.

(Protoc. n.º 8498)

PORTARIA N.º 623/80

conceder à funcionária CELIA MARIA GRACIA HATSCHBACH, matrícula n.º 260, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.978, a partir de 1.º de outubro de 1.980.

(Protoc. n.º 8933)

PORTARIA N.º 624/80

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula n.º 320, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 8926)

Gabinete da Diretoria Geral, em 22.09.1.980

a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
DIRETOR GERAL